

## **COFRES DO ESTADO CHEIOS À CUSTA DOS BOLSOS VAZIOS DOS PORTUGUESES: aumento enorme de impostos e cortes brutais nas prestações sociais**

Numa reunião da juventude do PSD, a ministra das Finanças gabou-se de ter os “cofres cheios” de dinheiro. No entanto, ela “esqueceu-se” de explicar como conseguia isso. E isso foi conseguido à custa dos enormes aumentos de impostos, nomeadamente IRS e IVA, que é atualmente uma das causas mais importantes dos enormes cortes nos rendimentos dos portugueses, e de cortes brutais nas prestações sociais. É isso que vamos provar de uma forma quantificada neste estudo utilizando apenas dados oficiais.

### **EM JANEIRO DE 2015, OS DEPOSITOS DO ESTADO SOMAVAM 23.940 MILHÕES €, CUSTANDO AOS CONTRIBUINTES PORTUGUESES 478,8 MILHÕES € POR ANO SÓ DE JUROS**

O quadro 1, com os dados mais recentes do Banco de Portugal sobre a dívida pública, permite ficar a saber qual o montante de depósitos financiados por empréstimos obtidos pelo governo no período 2010-2015, e estimar o custo para os contribuintes portugueses dessa política de “cofres cheios”, que encanta a ministra Maria Luís.

#### **Quadro 1 – Dívida pública, o valor dos depósitos do Estado, e como estes são financiados com mais dívida - Dados do Banco de Portugal – 2010/2015**

<b>RÚBRICAS</b>	<b>Dez.2010 Milhões €</b>	<b>Dez.2011 Milhões €</b>	<b>Dez.2012 Milhões €</b>	<b>Dez.2013 Milhões €</b>	<b>Dez.2014 Milhões €</b>	<b>Jan.2015 Milhões €</b>
<b>Dívida das Administrações Públicas</b>	<b>200.049</b>	<b>230.803</b>	<b>255.400</b>	<b>266.973</b>	<b>280.468</b>	<b>288.819</b>
Dívida na ótica de Maastricht	173.062	195.690	211.784	219.225	224.477	231.083
Dívida na ótica de Maastricht líquida de depósitos	168.564	180.750	194.366	201.245	206.971	207.143
<b>DEPÓSITO MÉDIO (financiados com empréstimos)</b>	<b>4.498</b>	<b>14.940</b>	<b>17.418</b>	<b>17.980</b>	<b>17.506</b>	<b>23.940</b>
Juros pagos pelos empréstimos que financiam depósitos - taxa de juros média 2%/ano	89,96	298,8	348,36	359,6	350,12	478,8

FONTE: O valor da dívida pública com depósitos e sem depósitos : Boletim Estatístico Fev.2015- Banco de Portugal

A política de pedir emprestado para constituir depósitos acelerou-se de uma forma significativa com o governo PSD/CDS, esquecendo o custo que tal política tem para os contribuintes portugueses. Entre Dezembro de 2010 e Janeiro de 2015, os depósitos do Estado alimentados com os empréstimos aumentaram 5,3 vezes, pois passaram, nesse período, de 4.498 milhões € para 23.940 milhões €. Admitindo que por estes empréstimo o Estado paga uma taxa de juro média de 2% por ano (a taxa de juro paga pelos empréstimos concedidos pela “troika” é 2,9%, variando entre 2,1% e 3,7%), que é uma taxa baixa, tais empréstimos que financiam os depósitos de que a ministra tanto se gaba custarão, por ano, aos contribuintes portugueses, só de juros, 478,8 milhões €. Pode acontecer que uma parcela deste custo suplementar para os portugueses, que não reduz a dívida até a aumenta, possa ser compensada com os juros obtidos pela colocação desses montantes em depósitos na banca portuguesa, mas isso será sempre muito reduzida tendo em conta que os juros de depósitos bancários estão muito baixos como é do conhecimento dos portugueses. Associada a este política de “cofres cheios” está uma outra que serve também para financiar esta, e que consiste no corte brutal das prestações sociais que está a atirar milhões de portugueses para a miséria. Segundo a Síntese Execução Orçamental de 2014 do Ministério das Finanças , o corte nas despesas com prestações sociais – *abono de família, subsidio de doença, subsidio de desemprego, Complemento Solidário de Idoso e Rendimento Social de Inserção* – foi em 2014 de 578,8 milhões €, já que a despesa da Segurança Social com estas prestações sociais diminuiu, entre 2013 e 2014, de 4.366,9 milhões € para 3.788,1 milhões €. E nos dois primeiros meses de 2015, sofreu mais um corte de 107,5 milhões €. É desta forma que é financiada a política de “cofres cheios” de que se gaba a ministra, ou seja, à custa de mais dívida pública, que determina mais encargos (478,8 milhões € por ano só de juros), financiados com aumentos enormes de impostos e com cortes brutais nas prestações sociais.

#### **O ENORME AUMENTO DE IMPOSTOS FEITO POR ESTE GOVERNO EM 2012, E MANTIDO EM 2015 É A PRINCIPAL CAUSA DA REDUÇÃO DO PODER DE COMPRA DOS TRABALHADORES**

No passado, a causa mais importante da redução do poder de compra dos trabalhadores e de outras camadas desfavorecidas da população era a inflação, ou seja, o aumento rápido dos preços. Atualmente, devido á baixa taxa de inflação a causa principal, para

além do congelamento das remunerações e pensões, é o enorme aumento de impostos, nomeadamente os que atingem principalmente aquelas classes sociais, que são o IRS e o IVA. O quadro 2, construído com dados divulgados pelo próprio governo nos relatórios que acompanham o Orçamento do Estado de cada ano, mostra isso.

**Quadro 2 – O aumento de impostos em Portugal no período 2010-2015**

IMPOSTOS	2010	2012	2013	2014	2015	Variação 2010-15	2010-15	2014-15
	Estimativa Milhões €	Estimativa Milhões €	Estimativa Milhões €	Estimativa Milhões €	O.E. Milhões €		Milhões euros	Milhões euros
1-IRS	9.100	9.235	12.011	12.863	13.168	44,7%	4.068	305
2- IRC	4.297	4.387	4.481	4.512	4.690	9,1%	393	179
3-Outros impostos	67	275	10	167	191	184,3%	124	23
<b>A-SOMA(1+2+3) - Impostos diretos</b>	<b>13.464</b>	<b>13.897</b>	<b>16.502</b>	<b>17.542</b>	<b>18.049</b>	<b>34,1%</b>	<b>4.585</b>	<b>507</b>
4- Imposto Sobre produtos petrolíferos	2.434	2.144	2.040	2.104	2.311	-5,1%	-124	207
5- IVA	10.883	13.017	12.938	13.849	14.491	33,1%	3.607	642
6- Imposto sobre veículos	693	386	334	464	560	-19,3%	-134	96
7- Imposto sobre o tabaco	1.140	1.350	1.306	1.399	1.505	32,0%	365	106
8- IABA-Imposto sobre bebidas alcoólicas	180	170	170	178	201	11,7%	21	23
9 - Imposto do selo	1.653	1.430	1.327	1.266	1.389	-16,0%	-264	123
10 - Imposto único de circulação	128	199	243	265	315	145,2%	186	49
11 -Outros	50	36	43	52	55	8,9%	5	3
<b>B-SOMA (4+6+7+8+9+10+11) - Impostos Indiretos</b>	<b>17.163</b>	<b>18.730</b>	<b>18.401</b>	<b>19.577</b>	<b>20.825</b>	<b>21,3%</b>	<b>3.663</b>	<b>1.249</b>
<b>RECEITAS FISCAIS TOTAIS (A+B)</b>	<b>30.627</b>	<b>32.627</b>	<b>34.903</b>	<b>37.119</b>	<b>38.874</b>	<b>26,9%</b>	<b>8.247</b>	<b>1.755</b>
IMI		1.233	1.306	1.482	1.632			150
<b>FISCALIDADE VERDE (impostos sobre os combustíveis, veículos, sacos de plástico)</b>								<b>161</b>
<b>AUMENTO DAS RECEITAS FISCAIS (Impostos ) EM 2015</b>								<b>2.066</b>

FONTE: Relatórios OE - 2010-2015 - Ministério das Finanças

Entre 2010 e 2015, com a “troika” e governo PSD/CDS, as receitas de impostos aumentaram em Portugal em 8.247 milhões €, pois passaram de 30.627 milhões € para 38.874 milhões € como revelam os dados do Ministério das Finanças. As receitas de IRS e de IVA representam 93% deste aumento total. Só o aumento verificado no IRS (4.068 milhões €) correspondeu a 49,3% do aumento de receitas fiscais verificado entre 2010 e 2015. E tenha-se presente que, segundo dados divulgados também pelo Ministério das Finanças, 90,5% dos rendimentos declarados para efeitos de pagamento de IRS são rendimentos do trabalho e pensões, portanto são os trabalhadores e pensionistas os mais atingidos com o “enorme” aumento de IRS de que falava Vitor Gaspar.

Este aumento brutal da carga fiscal em Portugal que atingiu fundamentalmente os trabalhadores, os pensionistas e outras classes desfavorecidas da população não se alterou nada em 2015, tendo-se mesmo agravado, como revelam também os dados do quadro 2. Ao enorme aumento de impostos verificado em Portugal a partir de 2012, foi acrescentado em 2015, pelo governo PSD/CDS, mais impostos que se traduzem num aumento da receita fiscal, relativamente a 2014, que o governo prevê em mais 2.066 milhões €.

Os dados da execução do Orçamento do Estado referentes aos dois primeiros meses de 2015 (Janeiro./Fevereiro) que o Ministério das Finanças acabou de divulgar, revelam que o Estado arrecadou nestes dois meses mais 132 milhões € do que em igual período de 2014, somando as receitas fiscais totais destes dois meses 6.365 milhões € em 2015, sendo 2.223 milhões € (34,9%) de IRS; 3.118 milhões € (49%) de IVA; e apenas 147,2 milhões € (2,3%) de IRC. Fica assim mais claro quem está a financiar os “cofres cheios” de que a ministra das Finanças se gabou.

**Eugénio Rosa**  
[edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt)  
 27.3.2015